

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
AGRAVANTE : DENIVALDO DE ALMEIDA BENTO
ADVOGADO : SAMYLLE GONCALVES DE MIRANDA (ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA) - DF042032
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. FURTO. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. REPOUSO NOTURNO. HABITUALIDADE DELITIVA. CONDENAÇÕES ANTERIORES. REPROVABILIDADE DA CONDUTA. EXIGÊNCIA DE APLICAÇÃO DO DIREITO PENAL. ABSOLVIÇÃO. SÚMULA N.º 7/STJ. AGRAVO CONHECIDO PARA CONHECER PARCIALMENTE DO RECURSO ESPECIAL E, NESSA EXTENSÃO, NEGAR-LHE PROVIMENTO.

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por DENIVALDO DE ALMEIDA BENTO contra decisão do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios que inadmitiu recurso especial fundamentado no art. 105, inciso III, alínea *a*, da Constituição Federal (Apelação n.º 0003368-55.2017.8.07.0000).

Consta nos autos que o Agravante foi condenado como incurso no art. 155, § 1.º, do Código Penal, às penas de 1 (um) ano e 4 (quatro) meses de reclusão, em regime inicial semiaberto, e 10 (dez) dias-multa (fls. 163-168).

Irresignada, a Defesa recorreu ao Tribunal de origem, que negou provimento à apelação defensiva (fls. 219-241).

Nas razões do recurso especial, sustenta-se ofensa ao art. 386, inciso III, do Código de Processo Penal, sob argumento de que é possível a aplicação do princípio da insignificância ao caso em apreço.

Alega-se, ainda, contrariedade ao art. 386, inciso VII, do Código de Processo Penal, aduzindo-se que não há provas suficientes para a condenação.

O recurso especial não foi admitido pelo Tribunal *a quo* em razão dos óbices contidos nas Súmulas n.ºs 7 e 83 desta Corte Superior (fls. 277-279).

Interposto o agravo em recurso especial (fls. 281-289), o Ministério

O Ministério Público Federal, em parecer da Subprocuradora-Geral Ana Borges C. Santos, opinou pelo desprovimento do agravo (fls. 307-310).

É o relatório. Decido.

O agravo é tempestivo e impugnou os fundamentos da decisão agravada, razão pela qual passo à análise do recurso especial.

De início, apesar da *res furtiva* ser aparentemente singela – 1 (um) tapete – e de não haver sido realizado laudo de avaliação econômica do objeto, "a vítima afirmou, em juízo, que o tapete furtado vale **R\$ 2.000,00 (dois mil) reais**" (fl. 228).

Além disso, constata-se que o crime de furto foi praticado durante o repouso noturno, pois o Agravante, "*aproveitando-se do horário de repouso noturno e de que não havia ninguém na rua, abriu o portão de acesso à residência, entrou e subtraiu o tapete que estava na varanda da casa*" (fl. 3). Nesse contexto, consoante o entendimento desta Corte Superior, a presença da majorante referente ao repouso noturno denota a maior reprovabilidade da conduta e inviabiliza a aplicação do princípio da insignificância.

Sobre o tema, confira-se:

"PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. FURTO MAJORADO. REPOUSO NOTURNO. REINCIDÊNCIA. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. INAPLICABILIDADE. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. O 'princípio da insignificância - que deve ser analisado em conexão com os postulados da fragmentariedade e da intervenção mínima do Estado em matéria penal - tem o sentido de excluir ou de afastar a própria tipicidade penal, examinada na perspectiva de seu caráter material. [...] Tal postulado - que considera necessária, na aferição do relevo material da tipicidade penal, a presença de certos vetores, tais como (a) a mínima ofensividade da conduta do agente, (b) nenhuma periculosidade social da ação, (c) o reduzidíssimo grau de reprovabilidade do comportamento e (d) a inexpressividade da lesão jurídica provocada - apoiou-se, em seu processo de formulação teórica, no reconhecimento de que o caráter subsidiário do sistema penal reclama e impõe, em função dos próprios objetivos por ele visados, a intervenção mínima do Poder Público.' (STF, HC 84.412/SP, Rel. Ministro CELSO DE MELLO, SEGUNDA TURMA, DJ 19/11/2004).

2. *A jurisprudência desta Corte Superior reconhece que o princípio da insignificância não tem aplicabilidade nos casos em que o furto é cometido durante o repouso noturno e, ainda, quando o agente é reincidente na prática delitiva, salvo, excepcionalmente, quando as instâncias ordinárias entenderem ser tal medida recomendável diante de*

3. *Agravo regimental a que se nega provimento.*" (AgRg no AREsp 1.351.855/ES, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 16/10/2018, DJe de 24/10/2018; sem grifos no original.)

"PENAL. AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. FURTO PERPETRADO DURANTE O REPOUSO NOTURNO. PRETENSÃO QUE ALMEJA A APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. IMPROCEDÊNCIA. ACÓRDÃO A QUO EM CONSONÂNCIA COM A JURISPRUDÊNCIA DESTE TRIBUNAL. SÚMULA 83/STJ.

1. A circunstância de o crime de furto ter sido perpetrado durante o repouso noturno, como ocorreu in casu, denota maior reprovabilidade, o que afasta o reconhecimento da atipicidade material da conduta pela aplicação do princípio da insignificância. Precedentes.

2. *Agravo regimental improvido.*" (AgRg no AREsp 463.487/MT, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 01/04/2014, DJe de 14/04/2014; sem grifos no original.)

Ademais, deve-se destacar que o Supremo Tribunal Federal, no HC n.º 133.252/MG, de que foi Relatora a Ministra CARMEN LÚCIA, consignou que:

"O princípio da insignificância não foi formulado para resguardar e legitimar constantes condutas juridicamente desvirtuadas, mas para impedir que desvios de conduta de mínima ofensividade, considerados isoladamente, sejam sancionados pelo direito penal, fazendo-se justiça no caso concreto. Comportamentos contrários à lei penal, mesmo insignificantes, quando constantes, devido à reprovabilidade, perdem a condição de configurar bagatela, devendo ser submetidos ao direito penal" (HC 133.252/MG, Rel. Min. CÁRMEN LÚCIA, Segunda Turma, julgado em 15/03/2016.)

De fato, a lei seria inócua se fosse tolerada a reiteração delitiva, ainda que os valores subtraídos em cada um dos delitos fossem considerados ínfimos, o que seria um verdadeiro incentivo ao descumprimento da norma legal, mormente tendo em conta aqueles que fazem da criminalidade um meio de vida.

No caso em apreço, conforme consignado pela instâncias ordinárias, o Recorrente, *"além de ter sido **condenado definitivamente** como incurso no artigo 157, 'caput', do Código Penal, de acordo com o que se observa da certidão de fl. 66, ele **responde a outros processos** (fls. 64-72) (inclusive contra o patrimônio)"* (fl. 229).

Desse modo, constatada a habitualidade delitiva em crimes patrimoniais,

revela-se impossível a aplicação do princípio da insignificância no caso concreto, ante a evidente reprovabilidade da conduta. Em verdade, é pacífico nesta Corte que *"a existência de outras ações penais, inquéritos policiais em curso ou procedimentos administrativos fiscais é suficiente para caracterizar a habitualidade delitiva e, conseqüentemente, afastar a incidência do princípio da insignificância"* (AgRg no REsp 1.610.814/SC, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, Sexta Turma, DJe de 16/08/2016).

No mesmo sentido, confira-se:

"AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. FURTO. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. APLICAÇÃO. INVIABILIDADE. HABITUALIDADE CRIMINOSA. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

[...]

3. *No caso, conquanto o valor do bem não supere os 10% do salário mínimo vigente à época do delito, critério que esta Corte definiu como parâmetro objetivo para a aplicação do referido princípio, a existência de elementos probatórios a indicar a habitualidade criminosa do paciente - que possui maus antecedentes e é reincidente em delitos patrimoniais - inviabiliza a incidência do princípio da insignificância, mesmo porque as instâncias ordinárias não reconheceram nenhuma excepcionalidade que recomende a sua aplicação.*

4. *Agravo regimental improvido.*" (AgRg no HC 429.890/MS, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 03/04/2018, DJe de 12/04/2018; sem grifos no original.)

"PENAL. RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. FURTO DE TRÊS BARRAS DE CHOCOLATE. REITERAÇÃO EM CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. INAPLICABILIDADE.

[...]

2. *No caso, não há como reconhecer o reduzido grau de reprovabilidade ou a mínima ofensividade da conduta, de forma a viabilizar a aplicação do princípio da insignificância, pois, independentemente do valor atribuído aos objetos subtraídos, extrai-se dos autos a habitualidade delitiva do acusado, esclarecendo o colegiado local, a propósito, que, 'conforme se observa em sua Certidão de Antecedentes Criminais de fls. 54/57, o paciente possui diversas condenações criminais com trânsito em julgado pelo cometimento de crimes contra o patrimônio' (e-STJ fl.111).*

3. *Recurso desprovido.*" (RHC 88.060/MG, Rel. p/ acórdão Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 01/03/2018, DJe de 03/04/2018; sem grifos no original.)

Por fim, constata-se que as instâncias ordinárias, com amparo na análise exaustiva do acervo fático-probatório, concluíram pela adequada comprovação da autoria e da materialidade delitivas. Assim, a revisão da conclusão fática encontrada pelas instâncias ordinárias, com a finalidade de afastar a condenação, exigiria aprofundado reexame das provas, o que não é possível no recurso especial, conforme se extrai da Súmula n.º 7/STJ.

Nesse sentido:

"PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. TRÁFICO ILÍCITO DE ENTORPECENTES E ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. ALEGADA AUSÊNCIA DE MATERIALIDADE DELITIVA. PLEITO DE ABSOLVIÇÃO. REEXAME DO MATERIAL FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 7/STJ. QUANTIDADE E NATUREZA DOS ENTORPECENTES APREENDIDOS. EXASPERAÇÃO DA PENA-BASE. POSSIBILIDADE. APLICAÇÃO DA CAUSA ESPECIAL DE DIMINUIÇÃO DE PENA (ART. 33, § 4º, DA LEI DE TÓXICOS). IMPOSSIBILIDADE. CONDENAÇÃO PELO CRIME DE ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. Para que fosse possível a análise da pretensão recursal, segundo a qual não haveria prova suficiente para embasar a condenação do agravante, no caso, seria imprescindível o reexame dos elementos fático-probatórios dos autos, o que é defeso em âmbito de recurso especial, em virtude do disposto na Súmula n. 7 desta Corte. Precedente.

[...]

4. Agravo regimental desprovido." (AgRg no AREsp 1.327.778/SP, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 14/05/2019, DJe de 24/05/2019; sem grifos no original.)

"PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. CRIME DE TRÁFICO DE DROGAS. ABSOLVIÇÃO. REEXAME DO ACERVO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7 DO STJ. AGRAVO NÃO PROVIDO

[...]

2. Para alterar a conclusão das instâncias ordinárias e decidir pela absolvição do réu exige-se, necessariamente, in casu, o revolvimento do acervo fático-probatório delineado nos autos, procedimento vedado na Súmula 7/STJ, segundo a qual: "a pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial."

3. Agravo regimental não provido." (AgRg no REsp 1.775.246/SP, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA,

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2689 - Brasília, Disponibilização: Quarta-feira, 12 de Junho de 2019 Publicação: Quinta-feira, 13 de Junho de 2019
julgado em 05/02/2019, DJe de 15/02/2019; sem grifos no original.)

Ante o exposto, CONHEÇO do agravo para CONHECER
PARCIALMENTE do recurso especial e, nessa extensão, NEGAR-LHE
PROVIMENTO.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 06 de junho de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ

Relatora

